

**DISCURSO EM GUERRA  
DE MORTE E SORTE NA GUERRA CONTRA O TERROR**

*Silvio Luís da Silva* (UFRN/UnP)  
[silviodasilva@uol.com.br](mailto:silviodasilva@uol.com.br)

O anúncio, em 02 de maio de 2011 da morte do terrorista Osama Bin Laden, feito pelo atual presidente dos EUA, Barack Obama, traz à tona o questionamento da possibilidade de se ter, após 10 anos, o fim da chamada “Guerra ao Terror”, proclamada pelo então presidente dos EUA, George Bush, em resposta e represália aos ataques de 11 de setembro de 2001, em que quase 3000 pessoas morreram. A proposta lançada pelo presidente Bush é parte de uma grande iniciativa estratégica americana para combater o terrorismo que teve, dentre outras medidas, a invasão e ocupação de países do Oriente Médio, como o Afeganistão e o Iraque, e deu início a uma oposição ainda mais explícita dos líderes americanos contra os procedimentos de grupos como o Al Qaeda, do qual o xeique Bin Laden era líder. Porém, um dos pilares do grupo, a jihad (termo traduzido pela mídia como guerra santa, mas que, na verdade, significa esforço ou empenha na execução de algo) não morreu com o líder do grupo, o que nos suscita o questionamento deste trabalho a respeito do discurso que circula contra a guerra.

A proposta que aqui se inicia tem por base a perspectiva de que a Análise de Discurso Crítica (ADC) permite que o discurso seja entendido como uma importante condição para o exercício do controle social – e das manifestações discursivas da sociedade – que se relaciona com dados histórico-culturais, pois entendemos que sempre que “há interesse em relacionar conjuntos textuais e conjunturas históricas, toca-se imediatamente na noção de ‘ideologia’ ...um dos pontos mais sensíveis das ciências humanas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 159). Desta maneira, sem que nos atentemos muito profundamente às questões da ideologia americana, aqui simplesmente entendida como vista por boa parte do globo, ou seja, superioridade, tentamos destacar a maneira como essa ideologia se manifesta e expressa relações de poder.

Para Fairclough (2004), o texto é parte de um evento social, por isso, se falamos a respeito de texto, vamos, inevitavelmente, chegar a uma representação social. É isso que nos ajuda a identificar o problema de nossa análise e motiva a busca da razão pela qual ele, o texto, acontece socialmente. O discurso é, nessa proposta, entendido como usado em

vários sentidos que incluem a) a produção de sentido como um elemento do processo social, b) a linguagem como associada a um determinado campo ou prática, e c) uma maneira de construir aspectos do mundo associados a uma perspectiva social determinada. Por isso, nosso trabalho entende o discurso do presidente Obama como a) o estabelecimento de uma identidade nacional dos EUA, b) uma maneira de reestabelecer os EUA no cenário mundial como entidade forte e dominante, e c) um modo de construir uma proposta de paz baseada na eliminação – a qualquer custo – dos oponentes guerrilheiros.

Conscientes desta perspectiva, passemos à análise textual para se ver como isso se dá nas manifestações discursivas do presidente americano. Já no início de seu pronunciamento, após o tradicional “boa noite”, Obama declara:

Esta noite, posso informar ao povo americano e ao mundo que os Estados Unidos conduziram uma operação que matou Osama Bin Laden, o líder da Al Qaeda e um terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes.

Como sabemos que “o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por trás’ dos discursos” (DIJK, 2008, p. 44), entendemos que a atribuição do feito aos Estados Unidos e a omissão dos reais sujeitos sociais responsáveis, torna-se uma forma de ratificar o poder que os americanos entendem possuir. Na mesma medida, a qualificação de Bin Laden como “um terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes”, também é uma manifestação do poder dos EUA, já que a força do inimigo é automaticamente eliminada com a sua morte. Perceba que, neste excerto, quem mata é os Estados Unidos, ou seja, toda a nação, e que o líder da Al Qaeda é o único responsabilizado pela morte dos milhares de pessoas mencionados. A estratégia discursiva eleva Bin Laden ao status de assassino cruel, que culpado da morte de “mulheres e crianças inocentes”. Até mesmo a adjetivação – inocentes – é uma forma de reforçar a culpa do oponente e, assim, elevar aquele que o extirpa da face da terra ao status de salvador.

Neste momento, passamos a entender a relevância da estrutura do discurso para prover a sociedade de ideologias que ela mesma já reconhece e que estão calcadas no seio e nos anseios dos cidadãos americanos, e que se consolida no discurso, no exercício da palavra, pois

O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso (DIJK, 2008, p. 43).

Por essa razão, no parágrafo seguinte é reafirmada a “autorização de matar”, em razão dos acontecimentos de 11/9, “um brilhante dia de setembro ... obscurecido pelo pior ataque contra o povo americano”, cujas piores imagens não são aquelas expostas pelas TVs de todo o mundo, mas “aquelas que não são vistas pelo mundo”. Assim, o presidente americano se fundamenta em laços de força do povo americano e em conceitos familiares, uma vez que Bin Laden, responsável pelo buraco nos corações americanos, é também o culpado por imagens não vistas pelo mundo, como: “O lugar vazio na mesa de jantar. Crianças que foram forçadas a crescer sem sua mãe ou seu pai. Pais que nunca mais conheceram o sentimento do abraço de seus filhos”. Esse uso discursivo cria uma noção de permissão para matar, que é entendida como a realidade natural, como uma sequência normal da vida, mas que é um simulacro discursivamente criado para validar a atitude americana. Os interesses do grupo – americano – e de seus membros – os cidadãos – são amalgamados num discurso que se torna único: presidente, nação e povo confirmam sua ilibada conduta. A morte não é um crime, mas um exercício de justiça.

Confirmam essa perspectiva as informações obtidas em todos os jornais escritos e televisionados, sites de internet etc. de que as comemorações em frente à Casa Branca começaram antes mesmo de o presidente Barack Obama confirmar a morte do terrorista. O mesmo aconteceu em Nova York na madrugada da segunda feira em que o anúncio foi feito, quando centenas de americanos comemoravam com gritos de alegria, bandeiras dos EUA e mensagens patrióticas.

O que temos, então, não é uma manifestação real de justiça, mas um simulacro criado para se favorecer – ou fortalecer – os laços americanos no mundo. Essa noção de simulacro que aqui expomos é encontrada em Chouliarakis e Fairclough (1999), quando estes tratam da modernidade tardia e das conseqüências sociais, culturais e econômicas advindas dos avanços tecnológicos dos últimos vinte anos. Na obra, os autores nos dizem que

A realidade foi substituída pelo ‘simulacro’ constituído por estes sinais que circulam: ‘onde a representação tenta absorver a simulação in-

terpretando-a como uma falsa representação, a simulação envolve todo o edifício da representação como um simulacro ele mesmo' (CHOULIA-RAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 3).

São os mesmos autores que nos explicam o porquê de se entender essa análise válida, já que o discurso se fundamenta nas diferenças tanto em questões de poder, quanto em questões de atitudes sociais passíveis de serem absorvidas, aceitas (ou refutadas) e compreendidas pela sociedade e que a pesquisa social deve abordar para entender as construções discursivas e suas consequências no âmbito social, que se dá pela e na diferença. Nas palavras dos autores, é preciso discutir

... foco pós-moderno da diferença e a contingência do social como uma resposta a um 'fechamento do universo do discurso' de uma modernidade tardia 'totalitária' (MARCUSE, 1964; Lyorard, 1984), e argumentamos que em vez de só defender a diferença, a pesquisa social crítica e a ADC precisam de um foco em trabalhar e dialogar através da diferença (FAIRCLOUGH & CHOULIARAKI, 1999, p. 2).

No pronunciamento do presidente americano, a diferença entre os EUA e o grupo Al Qaeda torna-se crucial para a manutenção da hegemonia americana. Neste aspecto, vale salientar que "a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva em interações verbais a partir da dialética entre discurso e sociedade" (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 43-45) e, aqui, encontramos o presidente Barack Obama em pleno exercício de sua posição social e manifestação de seu poder bélico refletido nas palavras, no discurso que profere. A necessidade de tomar as rédeas da situação e opor-se ao seu adversário como o grande vencedor leva o presidente a manifestar discursivamente o seu poder e função sociais, na sequência, após algumas explicações sobre os últimos dez anos de busca ao agressor, ele esclarece a população:

E, finalmente, na semana passada, determinei que tínhamos informações suficientes para agir, e autorizei uma operação para capturar Osama Bin Laden e levá-lo ante a Justiça.

Hoje, sob minha direção, os Estados Unidos lançaram uma operação contra aquele complexo em Abbottabad, Paquistão. Uma pequena equipe de americanos conduziu a operação com extraordinária coragem e capacidade. Nenhum americano ficou ferido. Eles tiveram o cuidado de evitar vítimas civis. Depois de um tiroteio, eles mataram Osama Bin Laden e assumiram a custódia de seu corpo.

No excerto, os verbos em primeira pessoa (“determinei”, “autorizei”), com grande carga semântica de poder àquele que os profere conferem ao presidente as rédeas do país e das ações para dignificar seu povo. Evidentemente, não basta que as palavras lhe impinjam força, é preciso que o oprimido, o vencido, seja ainda mais maculado com ações que o estabeleçam como inimigo e, portanto, real merecedor de punição. Aos olhos de Obama, Osama seria, se não fosse morto, responsável por mais sofrimento americano. Para o presidente, o inimigo ainda oferecia risco ao país e, então, esclarece a população, dizendo:

Por quase duas décadas, Bin Laden foi o líder e o símbolo da Al Qaeda, e continuou a planejar ataques contra nosso país e nossos amigos e aliados. A morte de Bin Laden marcará o êxito mais significativo até o momento nos esforços de nosso país em derrotar a Al Qaeda.

Agora, os esforços americanos são para a eliminação não apenas do líder, mas de todo o grupo Al Qaeda. Evidentemente, não se vê a manifestação das origens da Al Qaeda nem tampouco das relações do grupo com os EUA. Em meados de 1979, os soviéticos invadiram o Afeganistão e encontraram forte resistência dos fundamentalistas islâmicos, base do Al Qaeda. Depois, de 1982 a 1992, os EUA apoiaram os mais de 100.000 radicais islâmicos – a Al Qaeda, portanto – fornecendo armamento e treinamento e investindo pesado na região – cerca de 6 bilhões de dólares – para retirar os soviéticos e recuperar a independência do Afeganistão. A CIA (Agência de Inteligência Central) apoiou a jihad (guerra santa) em conjunto com ISI (Serviço de Inteligência Internacional) do Afeganistão. Em suma, a Al Qaeda surgiu já com o líder Bin Laden nos anos 1980 para combater o socialismo russo e obteve apoio dos EUA. O rompimento se deu apenas durante a guerra contra o Iraque, nos anos 1990, quando os EUA invadiram a Arábia Saudita. Como Bin Laden foi expulso pelo governo, passou a investir em ataques contra os EUA. O Al Qaeda assumiu a autoria da explosão de duas embaixadas americanas na África, cujo resultado foi a morte de 224 pessoas, em 1998.

Sob essa perspectiva, a afirmação de Obama – “Por quase duas décadas, Bin Laden foi o líder e o símbolo da Al Qaeda, e continuou a planejar ataques contra nosso país e nossos amigos e aliados” – mostra-se como uma manipulação discursiva, porque induz-se a pensar que as relações entre o Al Qaeda e os EUA jamais foram boas. Cria-se, então, uma identidade para Bin Laden: o inimigo, o mau; e outra para os EUA – e Obama: o amigo, o leal, o companheiro. É uma forma de se estabelecer

uma antagonia entre ambos que autoriza o ato arbitrário de simplesmente matar o opressor sem levá-lo à justiça. Nesse sentido, vale lembrarmos das palavras de Fairclough (1995) quando trata das relações identitárias presentificadas no discurso midiático e das relações que essas questões estabelecem. Na obra, o autor nos lembra de que “embora seja analiticamente útil distinguir questões de identidade das questões de relações, ambas são, na prática, inseparáveis: como a identidade de um repórter é construída é em parte uma questão de como um repórter relaciona-se com uma audiência” (FAICLOUGH, 1995, p. 126). Assim, Osama prossegue construindo relações e estabelecendo parâmetros com a justiça e com a proteção devida aos americanos.

E ainda sua morte não marca o fim de nosso esforço. Não há dúvidas de que a Al Qaeda continuará a tentar ataques contra nós. Devemos, e iremos, permanecer vigilantes em casa e no exterior.

As questões de relação de que tratamos remetem-nos às relações internacionais dos EUA com o Oriente Médio, maior produtor de petróleo do mundo e grande representante dos preceitos islâmicos, dos quais a jihad é uma vertente de crença. Poder-se-ia estar rompendo com todos aqueles que têm alguma crença islâmica, mesmo que se saiba que os preceitos islâmicos não sejam aqueles, radicais, levados a cabo pelo Al Qaeda. Para que a comemoração dos americanos fosse justificada, o presidente precisa esclarecer a sua relação com seu povo e sua relação com preceitos religiosos que unem grupos e países importantes do Oriente Médio.

Devemos também reafirmar que os Estados Unidos não estão — nunca estarão — em guerra contra o Islã. Já esclarecemos, como o presidente Bush o fez logo depois do 11/9, que nossa guerra não é contra o Islã. Bin Laden não era um líder muçulmano, ele era um assassino em massa de muçulmanos.

Na verdade, o pronunciamento de Barack Obama não podia prescindir desse esclarecimento, já que o Islã, além de ser uma das religiões que mais crescem no mundo atualmente e tem, segundo a UNESCO, mais de 800 milhões de adeptos, não é uma religião à parte ou diferente de tantas outras monoteístas encontradas pelo mundo afora. O deus do islamismo, Alá, tem por base a aceitação de um deus único tal qual os judeus e os cristãos. Reunidos no Alcorão, os preceitos islâmicos, em todas as suas manifestações, é um movimento duplo do homem em direção a Deus e de refluxo de Deus em direção ao homem.

A maneira com que Obama escolheu se representar e representar os EUA por intermédio de seu pronunciamento é, então, confirmada como uma maneira comedida, racional, e manipuladora, já que as palavras são organizadas de forma que todas as justificativas dos atos americanos não sejam vistas como terroristas, como uma expressão de guerra contra muitos, mas uma manifestação de exercício de poder contra apenas aqueles poucos, mas merecedores de punição porque são entendidos como párias da sociedade.

Como o “discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e tipos de ‘eu’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91), torna-se muito importante que a posição de todos os habitantes dos EUA seja para o restabelecimento da paz, pois estão em guerra apenas contra Bin Laden e seus seguidores, a “guerra não é contra o Islã”. E o líder do Al Qaeda “não era um líder muçulmano, ele era um assassino em massa de muçulmanos”.

Ao dizer que Bin Laden “era um assassino em massa de muçulmanos” o discurso torna-se reverso. Os muçulmanos que, por ventura, estariam indignados contra o ataque de seus representantes, são convidados a vê-lo como um inimigo. A estratégia se torna efetiva para boa parte da população que não entende os liames entre os muçulmanos e o islamismo. As questões a respeito do radicalismo do Al Qaeda são, aqui, ressaltadas para se esclarecer que as atitudes terroristas de Bin Laden não são reconhecidas como um ato religioso, mas como uma manifestação isolada de um grupo específico que não representa o pensamento islâmico ou merece o respeito dos muçulmanos. E é por isso que o “seu desaparecimento deve ser bem recebido por todos que acreditam na paz e na dignidade humanas”.

Aqui está o ápice da construção discursiva de Obama, se a morte Bin Laden deve ser entendida como uma vitória da paz e da dignidade humana, ele próprio era a guerra – em oposição a paz que sua morte traz – e não tinha dignidade humana. É importante que nos lembremos que o pronunciamento de Obama foi feito não apenas para os EUA – maiores interessados na morte do muçulmano – mas para todo o planeta e, neste planeta, muitos outros povos veriam a informação em razão dos avanços tecnológicos que temos visto. O pronunciamento foi transmitido em cadeia mundial de televisão, muitos em tempo real. O mundo ouviu o presidente Obama. Por essa razão, seu discurso teve de transformar a informação simples da morte do terrorista em um ato heroico dos EUA e, ao

mesmo tempo, um ato em favor da humanidade. O lugar dos EUA não poderia ser de um lugar material específico, era preciso construir um lugar imaginário, uma identidade do povo antiterrorista. É esse o objetivo do pronunciamento: informar, num primeiro momento, mas criar uma imagem socialmente boa dos EUA. A transformação que se dá em razão dos avanços tecnológicos, obriga os sujeitos sociais a moldarem seu discurso e revesti-lo e crenças e valores aceitáveis dentro e fora dos limites territoriais de onde se pronuncia. Nesse sentido,

Avanços na tecnologia de informação, principalmente na comunicação midiática, reforçam ambas as transformações culturais e econômicas, gerando novas formas de experiência e de conhecimento, e novas possibilidades de relacionamentos distantes por meio da televisão ou da internet. A teoria modernista tem se fixado na centralidade econômica e cultural dos sinais independentes de lugares materiais específicos e circulando através de limites do espaço e do tempo (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 3).

Para estabelecer as relações temporais que culminaram com a atitude de investir contra o líder do Al Qaeda e matá-lo, o pronunciamento se torna ainda mais apaixonado e ratifica as alianças já obtidas anteriormente e tenta mantê-las para que seja sustentada a situação de ‘conforto’ criada pela morte do inimigo, para isso, o presidente diz: “agora é essencial que o Paquistão continue unido a nós na luta contra a Al Qaeda e seus associados.”

Para que todas as atitudes sejam vistas como benéficas e como medidas de proteção, é preciso que se estabeleça “quem começou a história” e para entendermos a justiça feita, lemos: “O povo americano não escolheu essa luta. Ela chegou até nós e começou com o assassinato sem sentido de nossos cidadãos.”

Para que possamos entender o que acontece neste trecho, precisamos lembrar que

certos discursos ... que podem ser apresentados como inadequados para os processos reais [de globalização], em que falta ‘adequação prática’, podem também ser usados para criar e sustentar posições injustas e antidemocráticas e relações de poder, e podem nesse sentido serem considerados como *ideologias* (FAIRCLOUGH, 2006, p. 4).

Por essa razão, a luta que não foi escolhida pelos americanos, a luta que chegou com o assassinato sem sentido dos cidadãos americanos



é uma luta branca, uma luta que os americanos foram impelidos a travar contra a sua vontade, pois, como dito antes, eles são os benfeitores globais, porque “acreditam na paz e na dignidade humanas” e defendem a nação com o sangue dos inimigos.

Essa posição é, no mínimo, contraditória, pois não foi feito nenhum julgamento do terrorista, sequer ele encontra hoje um lugar para descansar, um túmulo, uma lápide, ou qualquer outro símbolo de sua existência. Seu corpo foi atirado ao mar, para que ele fosse para todo o sempre apagado da face da terra. Aqui podemos verificar como o poder é exercido tanto na prática, quanto no discurso. É o discurso reverso encontrado no pronunciamento do presidente que sustenta o poder dos EUA e faz com que boa parte do mundo se filie a ele na ‘guerra ao terror’, pois os “cidadãos americanos compreendem os custos da guerra”.

A posição que vemos no discurso do presidente Barack Obama não é nova. Em Fairclough (2006), já vislumbrávamos uma perspectiva de que esse discurso seria uma maneira de maquiagem atitudes arbitrarias e despotas dos EUA contra todos aqueles que, em certa medida, deles discordavam ou faziam qualquer oposição, na obra, o autor nos esclarece que

A escolha do discurso de ‘guerra ao terror’ ...pode ser visto como largamente motivado pela necessidade urgente do governo dos EUA em legitimar a mudança para o ‘poder duro’ em face da considerável oposição interna e internacional. Também tem sido eficaz para legitimar uma série de medidas que tem reduzido os direitos legais e democráticos: as condições das prisões e maus tratos (incluindo tortura) de prisioneiros em violação à Convenção de Genebra, a detenção prolongada de suspeitos de terrorismo sem julgamento, a ‘rendição extraordinária’ de suspeitos para países onde os direitos legais sejam parcamente respeitados aumento ou que a tortura é prática, o cerceamento da liberdade de expressão novos métodos de vigilância que reduziram os direitos e a privacidade dos cidadãos, e o estado de emergência e de alerta mais ou menos permanente em alguns países que está corroendo o tecido democrático da vida das pessoas (FAIRCLOUGH, 2006, p. 123).

Para justificar, então, esse discurso que tem permeado as atitudes dos EUA em relação aos seus opositores e, ainda, manter a imagem de defensor da paz sem se tornar frágil, o presidente declara que os americanos conhecem o preço a ser pago pela guerra, mas deve manter-se na liderança e com o poder alcançado ao longo de sua história:

Mas, como país, jamais toleraremos que nossa segurança seja ameaçada, nem ficaremos impassíveis quando nosso povo é assassinado. Seremos incansáveis na defesa de nossos cidadãos e nossos amigos e aliados. Seremos fieis aos valores que fizeram de nós o que somos. E, em

noites como esta, podemos dizer às famílias que perderam seus entes queridos para o terror da Al Qaeda: a justiça foi feita.

Se o discurso é visto como produtor de sentido como um elemento do processo social, como dissemos no início de nosso trabalho, temos, aqui, uma confirmação do sentido do texto que traduz uma atitude de valorização da família que, agora, podem dormir tranquilas: o inimigo que roubou seus entes queridos está eliminado. Os americanos continuam a ser o que a história tem demonstrado: vencedores. E, especialmente, tudo isso é feito na mais perfeita justiça.

Aparentemente, o presidente se esquece de que a justiça feita com as próprias mãos – sem qualquer intermediação da Justiça – não reflete os valores da família, mas, sim, dos guerrilheiros, daqueles que de fato não acreditam na paz e na dignidade humana, mas que acreditam – e lutam com sangue – para que seus próprios interesses sejam respeitados pelo outro, mesmo que esse outro se sinta oprimido. Desta maneira, não vemos uma visão democrática da existência da vida, ou do discurso, pois o discurso do outro resta silenciado pela manipulação da palavra e da criação de uma amálgama de paz e guerra, em que se destaca a paz com a morte, a extirpação do oponente a qualquer preço.

Esse pronunciamento é possível graças a um trabalho árduo que tem sido feito discursivamente – especialmente com o apoio da mídia – para se construir uma aceitação da guerra se essa guerra for para beneficiar a si mesmo. Fairclough (2006) nos permite entender como isso tem sido realizado, pois esse discurso da guerra ao terror:

Tem sido operacionalizado e implementado, por exemplo, por mudanças no aparato militar, de segurança e da inteligência e nos modos de ação, e também mudanças nos procedimentos e práticas em setores como a vigilância secreta, serviços bancários e viagens internacionais. A disseminação e legitimação do discurso da “guerra ao terror” tem dependido muito da mídia de massa e especialmente da indústria global midiática (FAIRCLOUGH, 2006, p. 123).

De fato, em nenhum momento pensou-se numa realização de justiça, nos moldes corretos e tradicionais, com julgamento e, se fosse o caso, prisão ou até mesmo a pena de morte, pois neste mesmo pronunciamento, o presidente disse que determinara a morte de Osama como um objetivo central de seu governo.

E logo depois que assumi o governo, determinei a Leon Panetta, diretor da CIA, que a morte ou captura de Bin Laden seria a prioridade nossa guerra contra a Al Qaeda, enquanto prosseguíamos em nossos esforços no exterior para impedir, dismantelar e derrotar sua rede.

Enquanto inúmeras tomadas inundaram diversos canais televisivos e jornais pelo mundo afora as informações a respeito dos feitos dos EUA foram as informações sobre o antecipado desejo de vingança a qualquer custo, sequer foram veiculadas, pois, no pronunciamento feito pelo presidente, essas palavras não tomaram o tom de vingança, mas de justiça. A mídia internacional em geral não fez uma análise do pronunciamento, apenas festejou, junto com os americanos, a vitória contra o mal: o Al Qaeda. Poucos foram os locais em que se via – exceto nas redes sociais – oposição à atitude americana: morte ou captura, pouco importou aos veículos de comunicação. Não se questionou a justiça do ato, apenas vociferou-se contra o Al Qaeda e buscou-se, de todas as maneiras, maquiagem a atitude terrorista dos EUA. Nos anúncios sobre a morte do líder via-se a notícia de que ele estaria “numa mansão” no Afeganistão, mais precisamente em Abbottabad, próxima à capital Islamabad. Quem viu as imagens da ‘mansão’ questiona ferrenhamente o conceito de mansão, pois se tratava de uma casa simples, sem muito conforto. Esta é, também, uma maneira de auxiliar na produção de um discurso da guerra ao terror, sem qualquer estabelecimento razoável de justiça.

A justiça figurou em forma de agradecimento:

Esta noite, agradecemos os incontáveis profissionais da inteligência e contraterrorismo que trabalharam incansavelmente para alcançar essa vitória. O povo americano não pode ver seu trabalho, nem conhece seus nomes. Mas esta noite, eles sentem a satisfação com seu trabalho e com o resultado de sua busca por justiça.

Este agradecimento reforça o discurso globalista da guerra ao terror, mantendo-o na supremacia que alcançou durante os últimos anos, sem se questionar as reais razões dos ataques terroristas. A atitude não é nova e apenas reforça a proposta analítica desse discurso proposta por Fairclough, que nos diz que o discurso globalista e o discurso da guerra ao terror se dão por afirmações tácitas como:

Esta é uma nova era, que traz novas ameaças e exige novas respostas. Os EUA e seus aliados (e de fato toda a “civilização”) enfrentam riscos sem precedentes e perigos que exigem medidas excepcionais. Aqueles que representam esses riscos e perigos são as forças do “mal”.

Os EUA e seus aliados são as forças "boas", e suas ações são revestidas de valores morais (FAIRCLOUGH, 2006, p. 125).

Podemos observar que a estratégia discursiva faz com que tenhamos comiseração pelos EUA em razão de tanto sofrimento que lhes foi causado. Sentimos, ao mesmo tempo, certa repulsa por Bin Laden e seus aliados, porque somos como os EUA, o que se dá porque o próprio discurso tenta nos incluir, tornando-nos dele parte integrante e, por isso, a ele não nos opoemos, porque, ao fazê-lo, somos destituídos dos novos próprios valores de paz e dignidade humana. Nessa estrutura, o discurso nos leva a aliar-mo-nos aos EUA na luta de paz, cujos "sacrifícios são fazer do mundo um lugar mais seguro". Nossa luta por um mundo mais feliz tem uma razão e não é "apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos".

A representação do terrorismo e a louvação os atos dos EUA não são novidade no cenário linguístico de seus representantes, Fairclough (2004) nos lembra de que, nos idos dos anos de 1950, o

comunismo foi representado em grande medida pelos mesmos termos, como uma conspiração doméstica de pessoas ("o inimigo interno") à espera para atacar, aproveitando da "sociedade livre" americana e apoiada por uma rede internacional ('a rede multinacional do mal ') (FAIRCLOUGH, 2006, p. 127).

Da mesma maneira com a oposição ao comunismo se deu na transformação de seus aliados – ou seguidores – em um demônio, em um inimigo funcionou para abolir o comunismo, agora, o discurso americano tenta conduzir o mundo a uma oposição às crenças que não são as americanas. Al Qaeda e suas razões para o ataque são injustificáveis. Em contrapartida, as ações dos EUA em operações de guerra como a do Vietnã (1959-1975), que deixou um milhão de mortos e o dobro de mutilados é justificável porque se tratava de operação em busca da "paz e dignidade humana".

Para que haja uma aceitação das ações guerrilheiras dos EUA foi preciso transformar o inimigo em demônio, com quem nenhuma negociação pode ser feita. Já quando dos atos de 9/11, os então presidente George Bush disse: 'Hoje, nossa nação viu o demônio, o pior lado da natureza humana'. Naquele momento ele instaurava uma imagem do inimigo impossível de qualquer negociação e, ao mesmo tempo, legitimava qualquer ato extremo que viesse a ser tomado por esse inimigo de todos, por-

que “não se pode negociar com o ‘demônio’. Pode-se apenas procurar erradicá-lo, e agir do lado ‘bom’ é uma garantia de que qualquer medida tomada, mesmo que intragável e com consequências desastrosas, são para o melhor (FAIRCLOUGH, 2006, p. 128).

Ao final, para ratificar a benesse dos EUA e o valor moral que permeia atitude tomada, o presidente se despede, com palavras religiosas: “Obrigado. Que Deus os abençoe. E que Deus abençoe os Estados Unidos da América.”

Com isto sela a posição de altruísmo e benesse que tentou produzir durante todo o seu pronunciamento e mostra que com o discurso, pode-se transformar atos de guerra em atos de glória, escondendo-se, especialmente, na lamentação e na manipulação de informações e dados.

### *Considerações finais*

Em um discurso que conclama a América com poder e força de morte, o presidente Barack Obama anuncia a morte de seu maior oponente, Osama Bin Laden, e consolida as propostas do seu antecessor de exterminar com aquele que é acusado de, num só dia, exterminar três mil pessoas em ataques terroristas paralelos.

O discurso empregado pelo presidente reforça a importante posição que o discurso ocupa na manutenção e na proliferação de valores sociais que são, muitas das vezes, arbitrários e representantes apenas de uma parte da população, mas que é entendido e utilizado como sendo da imensa maioria da população que, em certa medida, acaba por ser convencida da veracidade das informações dadas e aceita, sem maiores questionamentos, as imposições de líderes, ou seja, dos grupos dominantes.

O anúncio da morte de Osama tornou-se uma estratégia para expor ao mundo os valores socioculturais dos EUA como sendo universais e inquestionáveis, já que a estratégia discursiva transformou a vítima, Osama, em demônio. Isto se deu com a omissão e a manipulação de informações, como a descrição dos atos sofridos em 2001 como o maior – mas não o único – ato terrorista do líder do Al Qaeda que mata mulheres e crianças indefesas e, não se furta a matar também muçulmanos.

Assim o discurso globalista da guerra ao terror não apresenta sorte para aqueles que produzem a morte. A morte, aqui, é entendida apenas como as que antecederam à de Bin Laden, pois esta morte não é entendi-

da como um ato cruel ou ruim, o assassinato de Bin Laden é transformado em um ato heroico dos EUA em favor da paz mundial.

O discurso de Barack Obama nos mostra que, para os estadunidenses, os americanos (do norte), o discurso do outro, do diferente, inexistente ou não deve ser ouvido, porque a nação mais poderosa do mundo, os Estados Unidos têm a especial e importantíssima incumbência de tornar o mundo mais seguro, de acabar com o terror, e promover a justiça, mesmo que essa justiça seja feita com o sangue do outro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*. London: first published by Edward Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Traduzido por Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Universidade de Brasília, 2001 [2008, reimpressão].

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and globalization*. London and New York: Routledge, 2006.